

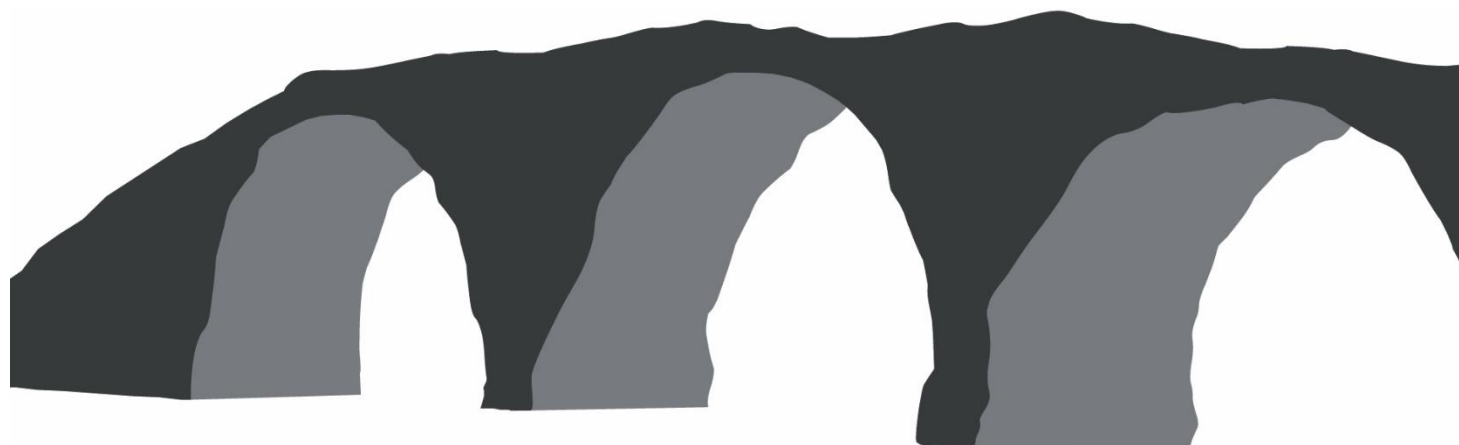
VESTÍGIOS – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica
Volume 15 | Número 2 | Julho – Dezembro 2021
ISSN 1981-5875
ISSN (online) 2316-9699

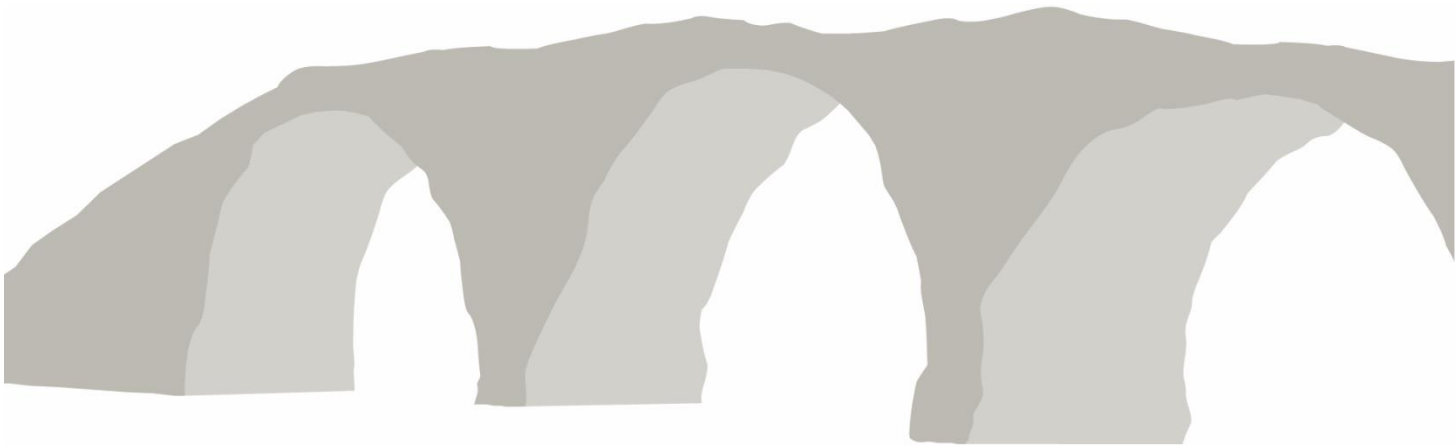
**CONSTRUINDO BIOGRAFIAS ARQUEOLÓGICAS:
UM EXAME DAS TRAJETÓRIAS DE DOIS ESCRAVOCRATAS BRASILEIROS**

**CONSTRUYENDO BIOGRAFÍAS ARQUEOLÓGICAS:
UN EXAMEN DE LAS TRAYECTORIAS DE DOS ESCLAVISTAS BRASILEÑOS**

**BUILDING ARCHAEOLOGICAL BIOGRAPHIES: AN EXAMINATION OF
THE TRAJECTORIES OF TWO BRAZILIAN SLAVE OWNERS**

Marcos André Torres de Souza





Submetido em 18/03/2021.

Revisado em: 13/04/2021.

Aceito em: 30/04/2021.

Publicado em 19/08/2021.

**CONSTRUINDO BIOGRAFIAS ARQUEOLÓGICAS:
UM EXAME DAS TRAJETÓRIAS DE DOIS ESCRAVOCRATAS BRASILEIROS**

**CONSTRUYENDO BIOGRAFÍAS ARQUEOLÓGICAS:
UN EXAMEN DE LAS TRAYECTORIAS DE DOS ESCLAVISTAS BRASILEÑOS**

**BUILDING ARCHAEOLOGICAL BIOGRAPHIES: AN EXAMINATION OF
THE TRAJECTORIES OF TWO BRAZILIAN SLAVE OWNERS**

Marcos André Torres de Souza¹

RESUMO

Tomando como ponto de partida o estudo desenvolvido por Mark Leone sobre o jardim de William Paca, este artigo apresenta algumas considerações acerca da criação de narrativas sobre trajetórias de vida na Arqueologia, também conhecidas como biografias arqueológicas. Inicialmente, apresento algumas discussões de ordem metodológica e interpretativa, úteis para a construção de biografias. Em seguida, passo a dois exemplos tirados de pesquisas por mim desenvolvidas acerca da escravidão no Brasil Central: o caso de Joaquim Alves de Oliveira, proprietário do Engenho de São Joaquim, e o de Francisco Xavier Leite de Távora, proprietário do Engenho de Santo Izidro. Espero, com isso, contribuir com alguns elementos para os interessados em examinar trajetórias de vida na perspectiva da Arqueologia histórica.

Palavras-chave: biografia arqueológica, escravidão, Brasil Central, Goiás.

¹ Professor adjunto do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Departamento de Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia (PPGARq); pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Endereço: Quinta da Boa Vista s/n, S. Cristóvão, Rio de Janeiro, RJ. E-mail: torresdesouza@ufrj.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0434-1673>.

RESUMEN

Tomando como punto de partida el estudio desarrollado por Mark Leone sobre el jardín de William Paca, este artículo presenta algunas consideraciones relacionadas a la construcción de narrativas sobre trayectorias de vida en Arqueología, conocidas también como biografías arqueológicas. Inicialmente traigo algunas discusiones de orden metodológico e interpretativo, importantes para la construcción de biografías. Posteriormente, utilizo dos ejemplos de investigaciones que desarrolle sobre esclavitud en la región de Brasil central; son los casos de Joaquim Alves de Oliveira, propietario del Ingenio de São Joaquim, e Francisco Xavier Leite de Távora, dueño del Ingenio de Santo Izidro. A través de estos espero contribuir para examinar trayectorias de vida desde la perspectiva de la Arqueología Histórica.

Palabras clave: biografía arqueológica, esclavitud, Brasil central, Goiás.

ABSTRACT

Taking as a starting point the study developed by Mark Leone on the garden of William Paca, this article presents some thoughts about the construction of life narratives in archeology, also known as archeological biography. Initially, I present some methodological and interpretative aspects that are useful for the construction of biographies. Then, I explore two examples of my own research about slavery in Central Brazil: the case of Joaquim Alves de Oliveira, owner of the Engenho de São Joaquim, and Francisco Xavier Leite de Távora, owner of the Engenho de Santo Izidro. I hope with this to contribute with some elements for those interested in examining life trajectories from the perspective of historical archeology.

Keywords: archaeological biography, slavery, central Brazil, Goiás.

INTRODUÇÃO

Em *Interpreting ideology in historical archaeology*, Mark Leone (1984) estabeleceu um dos mais importantes marcos da Arqueologia histórica no século 20. Sua interpretação sobre o jardim da residência de William Paca, que combinou elementos da teoria crítica, estruturalismo e marxismo, foi um dos primeiros trabalhos a se dedicar à então embrionária “recuperação dos significados”, cuja penetração, relevante na subdisciplina, teve nesse autor um dos seus principais precursores (Leone, 1977, 1981; Leone & Potter Jr., 1988). Com o tempo, Leone e, em particular, seu estudo sobre o jardim de Paca viriam a influenciar gerações de pesquisadores.

Analisando o papel simbólico da paisagem e fortemente embasado no conceito de ideologia, Leone propôs que Paca aplicou princípios de ordem e planejamento na construção do seu jardim residencial, de modo que eles reforçassem a ordem social vigente. Sua análise foi impressionante e revolucionária. No meu entendimento, um dos seus pontos altos, oportuno para os propósitos deste artigo, foi a forma como Leone demonstrou, convincentemente, como o jardim se enredou com a história de vida de Paca. Um dos signatários da Declaração de Independência dos Estados Unidos e figura influente na cidade de Annapolis durante o século 18, William Paca foi, por mais de uma vez, governador da cidade. Advogado e juiz, defendia os direitos naturais do Homem, tidos como um dos pilares da filosofia política do Iluminismo. Ao se casar, tornou-se não só um homem rico, mas também senhor de muitos escravos. Imerso na contradição, parecia em suas ações defender a liberdade (para os seus), ao mesmo tempo que convivia, complacentemente, com a escravidão (dos outros). No texto, Leone demonstrou a implicação do jardim de Paca com essa e outras contradições, uma vez que muitos dos recursos por ele empregados as dissimulavam. Ao fim da sua análise, emerge um personagem histórico complexo que, por meio das suas práticas sociais e materiais, buscava resolver o seu lugar, papel, aspirações e conflitos.

Quando li esse texto pela primeira vez, no início da minha carreira profissional, não foi apenas a interpretação da paisagem que me surpreendeu, mas também, e sobretudo, a emergência de William Paca como uma figura cheia de nuances e profundamente imersa nas questões do seu tempo. A forma como pela primeira vez vi demonstrado o potencial das construções biográficas na Arqueologia influenciou de forma decisiva meus percursos como pesquisador, e de modo ainda mais especial minhas discussões envolvendo escravagistas do Brasil Central.

Com o tempo, muitas outras biografias se tornaram importantes na Arqueologia histórica, chamando atenção pela sua capacidade de revelar histórias pessoais e contextos. Nos Estados Unidos, algumas delas se transformaram em casos emblemáticos (*e.g.* Yentsch, 1994; Wilkie, 2003; Beaudry, 2008). No Brasil, pelo menos dois estudos arqueológicos ilustram com propriedade o potencial e a relevância das biografias arqueológicas. Em um trabalho muito conhecido no país, Symanski (1998) discutiu a dinâmica das práticas sociais de Lopo Gonçalves Bastos e seu genro e sobrinho Joaquim Gonçalves Bastos Monteiro, ambos comerciantes, homens de muitas posses, que viveram no Sul do país. Outro exemplo de interesse é a pesquisa desenvolvida por Agostini (2011, 2013) sobre Joaquim José Pedro de Souza, pardo, negociante e possível traficante ilegal de escravos. Na sua análise, a autora demonstrou a imbricação das práticas materiais de Monteiro com seu status social, identidade de cor, ocupação e práticas espirituais, algumas delas mitificadas e transmitidas por meio de relatos orais.

Há por trás dessas e outras análises algo de mais fundamental e que estimula a todos nós: localizar os sujeitos que ocuparam os sítios arqueológicos que investigamos e dar a conhecer suas trajetórias de vida. Tão

logo o arqueólogo coloca sua colher de pedreiro em um sítio, notou Beaudry (2008, p. 175), ele é compelido, por obrigação e interesse, a perseguir as histórias que emergem da terra. Essas histórias são também histórias de vida. Na trilha de Leone, e tendo sido por ele inspirado, tenho perseguido nas minhas investigações sobre a escravidão cumprir essa tarefa, buscando construir biografias capazes de revelar, com interesse, densidade e profundidade, os diferentes caminhos trilhados pelas pessoas que tenho estudado. É a partir dessa ideia que este texto se desenvolve. Para isso, irei, inicialmente, apresentar alguns elementos conceituais e metodológicos que acredito serem úteis para a construção de biografias arqueológicas e, em seguida, examinar o caso de dois escravocratas que viveram no Brasil Central: Joaquim Alves de Oliveira, proprietário do Engenho de São Joaquim, e Francisco Xavier Leite de Távora, proprietário do Engenho de Santo Izidro. A exemplo de William Paca, esses dois personagens foram figuras proeminentes na comunidade à qual pertenciam e senhores de muitos escravos.

BIOGRAFIA, MÉTODO E INTERPRETAÇÃO

Existem diferentes tipos de biografias (Pujadas, 2000). Quando uso esse termo, escolhi me referir ao estabelecimento de histórias pessoais a partir da ótica das Ciências Sociais (Pujadas, 2000, p. 136), as quais podem envolver tanto períodos completos quanto fases específicas da trajetória de um indivíduo. Mais especificamente, meu interesse é no que se convencionou denominar, na disciplina, “biografia arqueológica”, que envolve o estudo de pessoas e, em alguns casos, grupos domésticos – por meio de uma perspectiva arqueológica que tem seu marco na arqueologia documental (Beaudry, 1988a; Praetzellis & Praetzellis, 1989; Praetzellis, 2016, p. 133-142; Wilkie, 2006). Não cubro, portanto, a criação de narrativas sobre histórias pessoais de uma forma mais ampla, mas a maneira como a Arqueologia histórica realiza esse tipo de construção.

Tradicionalmente, no nosso campo temos trabalhado com tipos de fontes documentais muito variados (*e.g.* Little, 1992) e que podem ser úteis para a construção de biografias arqueológicas: fotografias, diários, inventários, cartas, mapas, notícias de jornal, registros financeiros, processos, registros de batismo e óbito, dados censitários, entre outros. Muitos deles se ligam às camadas mais privilegiadas da população, que são também aquelas cujos passos são mais fáceis de rastrear. Podemos incluir aqui, por exemplo, militares de alta patente, governadores, clérigos, comerciantes, senhores de engenho, cortesãos e cortesãs, e precisamos estar atentos porque essas pessoas não apenas estão bem representadas nos documentos, mas também os utilizaram para o controle de informação, de impressões e como ferramenta de poder (Beaudry, 2017).

As fontes orais, embora ainda pouco empregadas na Arqueologia histórica, oferecem também ótimas possibilidades para a construção de biografias. Elas permitem não apenas a correlação de sítios e estruturas com seus ocupantes, mas também maior inclusão de sujeitos, sobretudo aqueles que pertencem a grupos que têm na transmissão oral o principal mecanismo de criação de memórias, tais como africanos e seus descendentes, indígenas, comunidades tradicionais, entre outros. Permitem também dar corpo e textura às nossas interpretações. Por um lado, possibilitam, conforme há muito notou Purser (1992, p. 32), a criação de narrativas múltiplas, que podem apresentar conformidades e validação, mas também discontinuidades e discordâncias; por outro, permitem localizar traços pessoais e de personalidade, assim como dramas e sensibilidades humanas, que muitas das vezes não são possíveis de serem captados por outros meios.

Os caminhos da biografia têm sido tortuosos (Loriga, 1998, p. 228-244). Em abordagens tradicionais, ela busca glorificar determinados personagens, aqueles que supostamente “fazem a história”, que ora pode partir

de determinados mitos culturais ou históricos, ora servir para construí-los. Essa visão, há muito criticada na Arqueologia histórica, pode ser antagonizada pela análise realizada por Leone acerca do jardim de William Paca. Ao discutir as intenções escondidas nessa paisagem, esse autor desconstruiu a figura histórica de Paca, reconhecendo-o nas suas nuances e complexidades, muitas delas conflitantes com os componentes esperados em uma abordagem tradicional, já que esse tipo de narrativa tende a dissimular ou trivializar os aspectos mais sensíveis dos grandes personagens históricos.

Um viés certamente mais produtivo do que as abordagens tradicionais, que penso ser especialmente vantajoso para a construção de biografias arqueológicas, é o que Loriga (1998) denominou “biografia coral”. Procurando romper com as homogeneidades aparentes, essa abordagem assume que, em vez de se buscar uma tipificação simplista do indivíduo, coerente e circunscrita, deve concentrar-se na ideia de que uma pessoa pode ter muitas facetas. Em vez de procurar unidades de sentido, essa abordagem busca explorar diferentes posicionalidades e experiências múltiplas. Ela se interessa também em entender os descompassos, tensões, fraturas, desvios e contradições que existem entre as trajetórias individuais e o seu contexto. Ao propor essa abordagem, Loriga sugere que persigamos narrativas que não enclausurem a existência e, em outra direção, não alheia a esta, alcancem as práticas culturais e sociais de forma mais apropriada.

Na minha percepção, a análise realizada por Leone é um exemplo claro de uma construção feita nessa linha. Indo além, e caminhando na direção das biografias arqueológicas, entendo também que com esse trabalho o autor foi capaz de entrelaçar de forma potente a materialidade na narrativa. O estudo do jardim de William Paca não envolveu apenas um indivíduo e seu contexto social, mas também todos os componentes que constituíam o jardim por ele analisado. Noto neste ponto que é justamente esse envolvimento de um indivíduo com a materialidade que está no fulcro da biografia arqueológica. É isso que define a sua especificidade e a singulariza.

A questão que se apresenta a seguir é como, metodologicamente, construir biografias nesses termos. Para isso existem caminhos já traçados.

As fontes podem se relacionar a diferentes processos analíticos e epistemologias (Galloway, 2006) e produzir diferentes níveis de informação (Leone & Crosby, 1987). Dada a capacidade da Arqueologia histórica de trabalhar com diversas linhas de evidências, a análise combinada das fontes vem há muito sendo postulada no nosso campo (Beaudry, 1988b; Deagan, 1988). Dessa ideia surgiu o “princípio da superposição” proposto por Beaudry (1995; ver também Wilkie, 2006) e seguido por muitos. Considerando que as fontes podem se mostrar complementares, independentes ou contraditórias, a autora propôs que o trabalho do arqueólogo deve ser o de realizar a interdigitação de diferentes indícios, negociando eventuais contradições, especificidades, sobreposições e divergências. Nessa metodologia, a costura de informações derivadas da cultura material com outras fontes não se dá de forma hierárquica ou considerando que uma tem primazia sobre outra, devendo ser feita por meio de movimentos de ir e vir – o que inclui movimentos não apenas entre as fontes, mas também entre diferentes níveis de escalas sociais, do micro para o macro ou do indivíduo para o coletivo, e vice-versa. Dessa costura indiciária, na qual evidências provenientes de diferentes fontes, em princípio díspares, são analisadas, surgirá, como produto, um novo nível de conhecimento, de natureza interpretativa, que dará sentido à relação entre elas, oferecendo uma imagem do todo.

Subjaz a esse método o fato de que, nos arquivos, em coletas de informações orais ou em nossas escavações, nos deparamos, inevitavelmente, com múltiplas escalas, na medida em que elas revelam eventos episódicos, os quais estão, ao mesmo tempo, relacionados a quadros muito mais amplos. Isso porque uma vida se desenvolve em uma determinada superfície social. Por essa razão, faz-se necessário colocar as práticas diárias,

cotidianas e corriqueiras no campo dos *habitus* socialmente constituídos, das estruturas, das trocas simbólicas e das ideologias (Bourdieu, 1974, p. 183-202; 1986).

A aplicação do princípio da superposição nos termos acima indicados pode ser de grande valor para a construção de biografias arqueológicas (e.g. White, 2009), o que pode permitir muitos ganhos. Em um nível mais básico, a compreensão dessas biografias possibilita o que Wilkie (2006) denominou “resolução temporal”. Ela possibilita não só darmos um rosto aos sítios que estudamos, mas também alcançarmos um maior refinamento na associação cronológica entre áreas de deposição e trajetórias individuais ou familiares (um ótimo exemplo desse tipo de aplicação é oferecido pela autora). O exame de biografias sucessivas em um mesmo sítio pode permitir também a identificação da sua cadeia de posse (Yentsch, 1988), além de possibilitar olhares mais humanizados sobre os sujeitos que estudamos. Disso podem se beneficiar os arqueólogos que empregam o gênero *storytelling*: narrativas criativas baseadas em informação arqueológica envolvendo personagens, que podem ser tanto reais quanto fictícios (Praetzellis, 1998; Gibb, 2000). De um ponto de vista mais focado na interpretação das práticas culturais e sociais, esse tipo de construção fortalece e adensa essas práticas. O uso de múltiplas fontes possibilita *insights* sobre os contextos nos quais determinadas práticas estão situadas, dando sentido a muitas delas e permitindo a criação de melhores inferências e interpretações (Yentsch, 1994, p. 326; Wilkie, 2006, p. 18). Cria também tensões produtivas em diferentes níveis, envolvendo as pessoas e sua materialidade ou o nível do pessoal e do coletivo. Por esses percursos, o indivíduo pode ser colocado em perspectiva. Torna-se possível, por meio das lentes da Arqueologia, interessantes aproximações em relação às trajetórias individuais, sua rede de relações e contexto. Torna-se possível ainda mapear lugares sociais, mentalidades, pensamentos políticos, ideologias e todas aquelas outras coisas que constituem a superfície social de uma pessoa.

Uma questão importante a ser tratada diz respeito àqueles que nem sempre estão representados nas biografias arqueológicas e que podem se apresentar como legítimos “outros”. O fato de a análise de Leone ter se focado em um escravista e deixado de lado os escravizados é um caso em questão, o que, inclusive, deu margem a uma intensa controvérsia². Entendo que uma chave para resolver situações dessa ordem é que as biografias arqueológicas podem permitir relatos de vida paralelos ou cruzados, incluindo aqueles que são contemporâneos ou que se relacionam ao mundo ao qual pertencia o sujeito da nossa análise (Pujadas, 2000, p. 144-145). Essas biografias outras podem ser concorrentes e incluir atores que se relacionam ou se antagonizam. Nesses casos, cada trajetória de vida é relativizada e colocada em perspectiva pelas outras. Conforme notaram Beaudry e colegas (1991) para o caso de Paca, não temos razões para acreditar – sobretudo atualmente – que seu jardim fosse capaz de atender a apenas uma única e uníssona função simbólica. Ao contrário, ele estava aberto a muitas outras, inclusive as que foram estabelecidas por aqueles que resistiram ou desafiaram a sua lógica. Esse jardim estava aberto a contestações, e as biografias paralelas ou cruzadas podem, por essa perspectiva, permitir a compreensão de relações de forças existentes em um dado contexto e os modos como elas se articularam.

² Esse debate desenvolveu-se a partir do argumento de que Leone teria adotado na sua análise a “tese da ideologia dominante”. Essa tese assume que no sistema capitalista os grupos hegemônicos controlam a produção de ideias, valores e princípios, exercendo, desse modo, uma influência crucial e determinante sobre os grupos subordinados. A partir desse entendimento, teria Leone percebido os habitantes de Annapolis como interpretando o jardim nos termos imaginados de Paca. Críticos dessa posição argumentaram que nem todos interpretaram essa paisagem do mesmo modo, incluindo aqueles que não pertenciam à elite local (uma excelente síntese dessas discussões pode ser encontrada em Orser Jr., 1996, p. 164-168).

Dada a natureza essencial da nossa disciplina, a construção de biografias arqueológicas é especialmente útil para revelar trajetórias de vida que não estão relacionadas aos segmentos hegemônicos da sociedade e que, por outro meio, jamais seriam conhecidas. Graças à construção de biografias arqueológicas, foi possível, por exemplo, vislumbrar pessoas como Maria Cândida, filha ilegítima de um padre que viveu na primeira metade do século 19 na Fazenda do Morro, Minas Gerais, e sua busca por dignificação (Ribeiro, 2012); ou a curta trajetória de vida da pequena Koyla, uma criança da etnia Selk'nam que viveu em fins do século 19 na missão salesiana Nossa Senhora da Candelária, Terra do Fogo, Argentina (Rigone, 2018); ou ainda os impressionantes detalhes sobre a longa e difícil trajetória do africano liberto Joaquín Jayme, sepultado no cemitério Presbítero Maestro de Lima, Peru (Barrantes *et al.*, 2016). As biografias arqueológicas permitem a construção de conhecimentos importantes sobre a imensa diversidade de pessoas com as quais nos deparamos em nossas investigações – elas têm muito a acrescentar à nossa disciplina.

DOIS ESCRAVOCRATAS

O texto de Leone sobre o jardim de William Paca foi uma referência importante para o desenvolvimento de um projeto por mim conduzido sobre a escravidão no Brasil Central, iniciado há mais de duas décadas e só há poucos anos finalizado. Despertado pela percepção de que as biografias arqueológicas podem ser de grande interesse para o entendimento do sistema escravista, passei a dedicar parte dos meus esforços à compreensão, por diferentes ângulos, da trajetória de diferentes proprietários e seu enredamento com a realidade à qual pertenciam. Essas trajetórias serão aqui revisitadas de modo a oferecer novos vislumbres sobre o potencial das biografias arqueológicas.

O primeiro caso por mim analisado de forma sistemática foi o de Joaquim Alves de Oliveira (1770-1851), proprietário do Engenho de São Joaquim, onde viveram mais de 100 escravizados na primeira metade do século 19 (Souza, 2007, 2010, 2011, 2012, 2015, 2016; Souza & Gardiman, 2016). Esse proprietário viveu em uma época em que a economia da mineração, que deu origem à ocupação colonial de Goiás, iniciada após a descoberta de ouro aluvionar em 1725, estava em franco declínio. Nesse momento as jazidas minerais já estavam praticamente esgotadas e a economia regional dava sinais de que se voltaria para a agropecuária. Para conhecer a trajetória de Alves, pude contar com uma excelente variedade de fontes. Sua vida foi bem registrada nos documentos, em relatos orais e em estudos historiográficos.

Alves, que foi um dos homens mais ricos da antiga capitania de Goiás, teve um início de vida difícil. Seu pai morreu quando ele era ainda criança, tendo sido, por essa razão, criado por um jesuíta. Ainda jovem, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde acumulou algum pecúlio como comerciante. Voltou então para Goiás e se estabeleceu na cidade de Meia Ponte (atual Pirenópolis), onde passou a se dedicar a um lucrativo comércio interprovincial. Em 1800, construiu o Engenho de São Joaquim, logo envolvido nas suas transações.

A ascensão econômica de Alves foi acompanhada de outras conquistas. Tornou-se político, juiz de paz, comandante da vila de Meia Ponte, provedor da Irmandade do Santíssimo Sacramento e criador do primeiro jornal goiano, o *Matutina Meiapontense*, fundado em 1830. Embora de origem simples, nobilitou-se, tendo recebido os títulos de honra Moço Fidalgo da Casa Imperial, Ordem do Cruzeiro e, por fim, a Comenda de Cavaleiro da Ordem da Rosa, tida à época como uma das mais prestigiosas ordens honoríficas. Na sua comunidade era considerado um benfeitor, dotado de espírito austero, religioso e humanitário, propagador de virtudes morais e possuidor de grande senso de justiça. Por seguir os princípios do Iluminismo, leitores do *Matutina* o tinham como o principal responsável por trazer a ilustração para Goiás, ainda que tardiamente.

Combatia com firmeza a economia do ouro e as maneiras dos primeiros povoadores, considerados por ele como despóticos, corruptos e aproveitadores. Seu engenho surgiu como um dos muitos sinais dados por ele de que a região deveria se transformar, funcionando, no plano simbólico, como um emblema da sua visão. Tido como à frente do seu tempo, o engenho era considerado um exemplo de ordem, decência e eficiência produtiva, e os cativos que nele viviam eram vistos como saudáveis e bem tratados. Após a morte, Alves continuou sendo exaltado como pessoa pública importante. Mais de dez anos depois do seu falecimento, um artista local pintou de memória o seu retrato (Figura 1). Com o tempo, foi reconhecido como um dos grandes vultos meia-pontenses e sua memória definitivamente estabelecida com a mudança de nome de uma das mais importantes vias da vila, que passou a ser denominada rua Comendador Joaquim Alves.

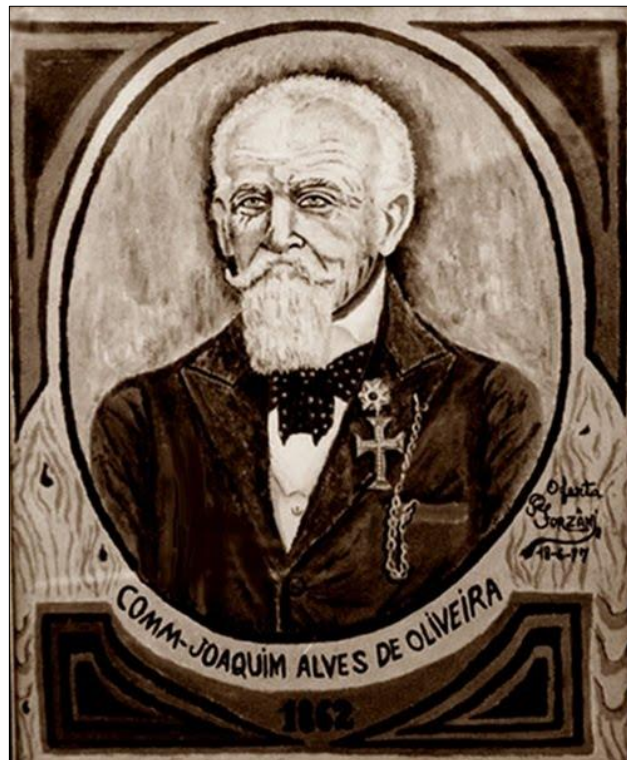


Figura 1. Retrato do Comendador Joaquim Alves de Oliveira. Ele ostenta na sua lapela, além de um grande crucifixo, a Imperial Ordem da Rosa. Pintura: Pêrsio Forzani (1862).

É minha crença que Alves procurou genuinamente seguir alguns dos princípios que defendia. Sua vida, no entanto, não foi livre de condutas que à época eram consideradas questionáveis. Ele possuía uma relação ilícita, prática considerada à época pela Igreja Católica como uma grave transgressão do sexto mandamento, tendo, inclusive, um filho dessa relação. Antes de se casar, viveu também com sua parceira de forma consensual, prática igualmente reprovada pela Igreja, e sua única filha, fruto dessa união, nasceu antes do pacto matrimonial religioso. Mais grave foi um episódio ocorrido no seu engenho em 1833. Sua esposa foi assassinada pelo capataz da propriedade, amante de sua filha, Anna Rosa, enquanto seu marido, um rico comerciante da região, estava em viagem. O assassinato teria ocorrido no quarto de Anna quando sua mãe e escravos da propriedade a flagraram dormindo com seu amante. Ao acordar, teria ele disparado contra o grupo, atingindo fatalmente a esposa de Alves. Em relação ao desfecho desse episódio, existem duas versões. A primeira, publicada no *Matutina*, foi que o capataz teria sido conduzido por cativos da propriedade e expulso da região. A segunda,

perpetuada na tradição oral, foi que ele teria sido morto por homens de confiança de Alves a seu mando, contrariando, com isso, as prescrições legais para o caso e os princípios que ele parecia prezar.

O estudo arqueológico do Engenho de São Joaquim revelou aspectos importantes para a construção da biografia de Alves. Conforme revelou a análise da sua paisagem, essa propriedade foi cuidadosamente pensada pelo seu proprietário. Seguindo princípios derivados do Iluminismo, ele adotou métodos e técnicas de cultivo inovadores, baseados na razão e no conhecimento científico aplicados às plantas e à agricultura. O planejamento cuidadoso da propriedade foi também expresso pela aplicação de rígidos princípios de controle e disciplina. Na sua propriedade, o complexo foi edificado de modo a segregar as atividades nela realizadas e reforçar as fortes assimetrias sociais que vigoravam à época. A propriedade facilitava uma ampla supervisão de todas as atividades cotidianas desenvolvidas, indicando muito claramente o desejo de Alves de exercer controle sobre todos os que nela viviam. As senzalas são o melhor exemplo desse recurso. Possuindo a forma de pavilhões, situavam-se a uma distância considerável da sede, mas não escapavam ao controle visual. Por possuírem uma conformação fechada em torno de um pátio central, limitavam os movimentos dos cativos e facilitavam sua supervisão e controle (Figura 2). Nas pesquisas arqueológicas realizadas no interior das senzalas, bem como nas fontes documentais, foi possível perceber ainda que, ao fim, as condições da vida em cativo nessa propriedade pouco diferiram das demais que existiam em outras partes do Brasil.



Figura 2. Fachada frontal do Engenho de São Joaquim (atual Fazenda Babilônia), que segue em uso. Essa parte do edifício era composta por uma capela (à esquerda), varanda (ao centro) e quarto de hóspedes (à direita). Da varanda, bastante ampla, era possível ter uma visão completa dos dois conjuntos de senzala-pavilhão, que estavam organizados em torno de um terreiro central. Fotografia: Marcos A. T. de Souza (2007).

Nas minhas análises não pude deixar de perceber um interessante paralelismo entre Joaquim Alves e William Paca. Embora relacionada a um contexto bastante diverso, a trajetória de Alves nos conduz, por um lado, a práticas que eram fortemente pautadas por princípios iluministas e que, a meu ver, orientaram também muitas das ações de Paca; por outro, nos remete a um mundo de ambiguidades e contradições específicas de

uma época em que a escravidão era cada vez mais vista como algo a ser erradicado, e a observância a determinados princípios éticos e morais desejava se impor. As contradições em Alves são flagrantes: ele era propagador de virtudes morais e religiosas, mas um transgressor de alguns dos seus princípios mais fundamentais. Ele, por um lado, reprovava os déspotas e as formas de administração tirânica; por outro, buscava o máximo de controle e supervisão no seu engenho. Ele era propagador do ideal humanista e dos direitos universais do Homem, mas um dos maiores escravocratas da região, não tendo alforriado um cativo sequer em seu testamento.

Ao fim da pesquisa nesse sítio, e desejando dar continuidade às minhas investigações, adotei um expediente pouco utilizado. Após minha experiência com uma figura emblemática como Alves, passei não a buscar um novo sítio, mas sim um novo proprietário. Sendo assim, me perguntei: se a administração de Alves não era “despótica”, possuindo uma orientação “humanista” e “benevolente”, como seria uma que, dentro da visão de Alves, se apresentasse como sua antítese? Meu interesse não era, obviamente, buscar uma escravidão que fosse melhor ou pior. Conforme há muito notou Harris (1969), todo proprietário acreditava ser o mais correto e justo dos seres terrenos. Enquanto isso, a escravidão seguiu sendo terrivelmente ruim para os que foram escravizados, independentemente do contexto. Na realidade, meu interesse era, por um lado, contrastar diferentes tipos de proprietários, de modo a entender suas trajetórias e superfícies sociais; e, por outro, compreender as práticas dos indivíduos que foram escravizados nesses diferentes contextos e, com isso, e mais importante, me aproximar das suas experiências. Buscar alguém que parecesse aos olhos de Alves a sua antítese me pareceu um caminho produtivo para responder aos meus questionamentos. Nessa direção, cheguei ao nome de Francisco Xavier Leite de Távora (posteriormente Velasco) e ao Engenho de Santo Izidro, de sua propriedade. Ainda que abandonado em princípios do século 19, consegui localizá-lo arqueologicamente.

Na minha pesquisa sobre Távora e seu engenho (Souza, 2015, 2016; Souza & Gardiman, 2016; Souza & Rubin, 2018), encontrei exatamente o que buscava, igualmente favorecido pela disponibilidade de múltiplas linhas de evidência. Vivendo em outra época, anterior a de Alves, Távora estava entre os primeiros colonizadores de Goiás, tendo lá chegado possivelmente entre as décadas de 1730 e 1740, época em que provavelmente também adquiriu seu engenho, que contava com muitos cativos. Ao contrário de Alves, que teve uma origem humilde, Távora possuía nobreza de sangue, pertencendo à conhecida família dos Távora, que, muitas vezes envolvida em intrigas na corte de Portugal, terminou por ser impedida de usar seu sobrenome, o que aconteceu em 1759, como punição para uma suposta conspiração visando à derrubada do rei D. José I, razão pela qual Francisco Xavier terminou adotando o sobrenome “Velasco”. Capitão-mor de Vila Boa (atual cidade de Goiás), Távora era respeitado e temido por todos, e são muitos os relatos a esse respeito: ele conspirava, perseguia e ameaçava opositores políticos, impunha punições cruéis (e muitas vezes de pena capital aos escravizados que viviam nas suas propriedades) e tomava decisões arbitrárias e espúrias. Além disso, foi personagem notório de um infame caso de corrupção envolvendo o Real Erário, no qual estavam implicadas as altas esferas da administração colonial em Vila Boa, o que lhe custou uma reprimenda oficial. Távora foi assassinado a tiros em 1767 na sede do seu engenho por dois cativos que lá viviam.

Ao contrário de Alves, que desejava se apresentar como uma figura pública pautada por valores morais e cívicos elevados, oriundos do Iluminismo, Távora foi um personagem tipicamente barroco. Assim como denota o termo na sua origem, ele foi uma “pérola imperfeita”. Nobre e importante na sua comunidade, viveu mergulhado em uma atmosfera, típica do período, na qual todo o drama da experiência humana podia ser conduzido aos seus limites mais perigosos. A existência era tida como trágica, e as atrocidades, desordens

morais e econômicas, vistas como grandes forças capazes de sacudir tudo e todos. Foi ele um exemplo característico da cosmovisão barroca.

Ao realizar uma análise ampla da paisagem da região conhecida historicamente como “Detrás da Serra Dourada”, que ficava situada nas imediações de Vila Boa e onde o Engenho de Santo Izidro e outras unidades rurais do século 18 se implantavam, foi possível perceber a autoridade que Távora tinha entre seus iguais. Essa região foi ocupada por dois tipos de assentamentos rurais: grandes propriedades que serviram como engenhos ou fazendas de gado e pertenciam aos membros mais afluentes da comunidade; e roças, que geralmente pertenciam a mineradores que integravam os estratos médios da sociedade local e as utilizavam para abastecimento próprio e dos cativos sob sua administração. A análise espacial dessas unidades rurais deixou claro que aconteceu nessa região uma distribuição desigual, com as melhores terras sendo ocupadas pelos que possuíam mais recursos. A esse respeito, cumpre notar que essas terras eram sesmarias: lotes cedidos gratuitamente pela Coroa portuguesa com o objetivo de cultivar “terras virgens”. Pode-se, desse modo, assumir que elas não foram obtidas por meio da lei de oferta e procura, mas por meio de negociações sociais certamente orientadas por relações de poder assimétricas. Nesse cenário, coube a Távora o ponto mais privilegiado da região, que contava com solos férteis, terreno pouco acidentado, boa acessibilidade, disponibilidade abundante de recursos naturais e excelente rede de drenagem (Figura 3). Foi nesse local que se estabeleceu o Engenho de Santo Izidro. Conforme dão conta informações documentais, essa propriedade foi sendo gradualmente expandida, adentrando de forma arbitrária as sesmarias vizinhas, sem que seus proprietários se vissem com força ou autoridade para reagir ou frear esse ímpeto expansionista.



Figura 3. Fotomontagem de parte da área originalmente ocupada pela Sesmaria de Francisco Xavier Leite de Távora. Entre outras características favoráveis, possuía solos propícios ao cultivo e baixo caimento. Fotografia: Marcos A. T. de Souza (2013).

Na minha análise sobre a organização interna do Engenho de Santo Izidro, uma grande surpresa: ao contrário do que comumente se verifica nas mais diferentes partes das Américas, inclusive no Brasil, a sede da propriedade ficava encravada no centro de uma longa faixa longitudinal com cerca de 50 metros de largura e 300 metros de extensão, onde também se localizavam as habitações dos trabalhadores livres e as senzalas, que eram compostas por diversas pequenas cabanas que, seguindo o padrão da época, eram construídas em pau-a-pique e com cobertura de palha. Assim como o engenho de Joaquim Alves, a propriedade de Távora era de grande porte para o contexto brasileiro, possuindo aproximadamente 150 cativos. Pode-se imaginar, portanto, um grande conjunto de cabanas colocadas nessa faixa longitudinal, tendo no seu centro o edifício-sede.

Normalmente, a distância social entre proprietários e escravizados possuía correspondência com a separação física entre a sede e as senzalas. Isso é recorrente em diversos contextos, inclusive no Engenho de São Joaquim, mas não foi o caso desse sítio. É certo que, quando comparadas às senzalas-pavilhão – como as presentes na propriedade de Joaquim Alves, as senzalas-cabana ofereciam certas vantagens: elas geralmente eram construídas pelos cativos, que podiam empregar técnicas e materiais construtivos do seu gosto e agenciá-las de modo a fugir da vigilância ostensiva, criando pontos cegos ao observador ou pequenos domínios privados. No entanto, estas foram, nesse caso, constringidas pela presença física da sede na sua proximidade imediata, que certamente funcionou como um mecanismo invasivo que denotava uma forte imposição de poder.

Assim como Alves, Francisco Távora criou por meio das suas ações e da materialidade associada ao seu engenho uma representação pública que muito nos informa acerca da sua identidade e perfil social. Todavia, diferiu na forma como se constituiu como proprietário e figura pública, o que pode ser igualmente interpretado a partir da materialidade a ele associada. Em vez de dissimular suas intenções e objetivos, tal como sugerem as evidências relacionadas à propriedade de Alves, que eram discretas e muitas vezes ambíguas e contraditórias, Távora buscou se impor por meio da manifestação explícita do poder e da autoridade que detinha.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade da existência humana na sua dimensão individual é muito difícil de ser capturada de forma mais abrangente na perspectiva da Arqueologia. Todavia, no estudo do período histórico, dispomos de mais elementos para esse tipo de aproximação, já que nesse caso podemos contar com uma maior diversidade de fontes. Procurei assinalar neste texto que, por meio do cruzamento das diferentes linhas de evidências de que dispomos, temos condições de revelar com maior nível de detalhamento trajetórias individuais.

Baseado nas minhas pesquisas sobre a escravidão no Brasil Central e inspirado pela análise de Leone sobre o jardim de William Paca, concentrei-me em sintetizar as biografias de dois escravocratas: Joaquim Alves de Oliveira e Francisco Xavier Leite de Távora. Esses dois personagens tinham muito em comum: eram ricos, proprietários de engenhos com muitos escravos, prestigiados e integrantes da elite social, política e militar da capitania de Goiás. Todavia, diferiram na forma como se construíram como indivíduos e figuras públicas. A análise comparada dessas trajetórias permite, por um lado, acrescentarmos perspectiva e profundidade à biografia desses indivíduos, revelando alguns aspectos novos e, em certo sentido, imprevistos das suas trajetórias, nos termos de uma biografia coral. Por esse prisma, é possível perceber as singularidades de cada um desses personagens. No nível do indivíduo, essas biografias revelam traços pessoais construídos a partir de aspirações, desejos, ambições, fraquezas e peculiaridades. Por outro lado, permitem perceber seu profundo entrelaçamento com o tempo ao qual pertenciam. Nessa direção, revelam uma dimensão global das experiências individuais, favorecendo compreensões mais amplas da escravidão enquanto instituição e suas inúmeras configurações. Elas sinalizam de forma muito clara para a multiplicidade dos modelos de escravidão que existiram no passado e que no Brasil se mostraram incrivelmente diversificados e duradouros. De uma forma ainda mais abrangente, mostram relações com as mentalidades do seu tempo, e nesse sentido não nos parece soarem estranhas as afinidades entre os modelos empregados por escravocratas como Paca e Alves. Embora separados por grandes distâncias geográficas e associados a contextos muito diversos, essas figuras possuíam em comum o fato de terem sido influenciados pelo pensamento iluminista, que, no contexto do escravismo das Américas, apresentou-se como um enorme paradoxo: personagens como Alves, Paca e tantos

outros acreditavam firmemente no direito à liberdade, mas não eram antiescravistas. Não por acaso, suas biografias arqueológicas revelam-se como ambíguas, contraditórias e interessadas em dissimular intenções ocultas. Ao fim, e como qualquer escravagista moderno, fizeram prevalecer acima de qualquer outra aspiração seus interesses próprios, que eram baseados no lucrativo negócio do trabalho compulsório.

As biografias arqueológicas sumariamente apresentadas neste artigo apontam para escolhas e decisões que fizeram as pessoas serem quem foram. Nas suas fraturas, podemos identificar, muitas vezes, as concordâncias e discrepâncias existentes entre projetos pessoais, o que foi escrito e o que foi de fato vivido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Agostini, C. (2011). *Mundo Atlântico e Clandestinidade: dinâmica material e simbólica em uma fazenda litorânea no sudeste, século XIX*. (Tese de doutorado não publicada). Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.
- Agostini, C. (2013). À sombra da clandestinidade: práticas religiosas e encontro cultural no tempo do tráfico ilegal de escravos. *Vestígios: Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, 7(1), p. 77-105.
- Barrantes, M. A., Cárdenas, R. C., & Aguilar, J. C. (2016). Sobrevivendo al olvido: estudio preliminar de la vida de Joaquín Jayme, um ex esclavo en el Perú (¿?-1870). *Vestígios: Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, 10(1), p. 37-49.
- Beaudry, M. C. (Ed.) (1988a). *Documentary archaeology in the New World*. Cambridge, New York: Cambridge University Press.
- Beaudry, M. C. (1988b). Introduction. In Beaudry, M. C. (Ed.). *Documentary Archaeology in the New World* (p. 1-3). Cambridge: Cambridge University Press.
- Beaudry, M. C. (1995). Introduction: ethnography in retrospect. In D'agostino, M. E. et al (Ed.). *The written and the wrought: complementary sources in Historical Anthropology* (p. 1-16). Berkeley: University of California.
- Beaudry, M. C. (2008). "Above Vulgar Economy": The Intersection of Historical Archaeology and microhistory in writing archaeological biographies of Two New England Merchants. In Brooks, J. et al (Ed.). *Small worlds: method, meaning, and narrative in microhistory* (p. 173-198). Santa Fe: School for Advanced Research.
- Beaudry, M. C. (2017). Documentary archaeology: dialogues and discourses. In Symonds, J. & Herva, V. P. (Ed.), *The Oxford Handbook of Historical Archaeology*. Oxford University Press, Oxford.
- Beaudry, M. C., Cook, L. J. & Mrozowski, S. A. (1991). Artifacts and active voices: material culture and social discourse. In McGuire, R. H. & Paynter, R. (Ed.). *The Archaeology of inequality* (p. 150-191). Oxford: Blackwell Pub.
- Bourdieu, J. P. (1974). *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva.
- Bourdieu, J. P. (1986). L'illusion biographique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 62/63, p. 69-72.
- Deagan, K. (1988). Neither history nor prehistory: the questions that count in historical Archaeology. *Historical Archaeology*, 22(1), p. 7-12.
- Galloway, P. (2006). Material culture and text: exploring the spaces within and between. In Hall, M. & Silliman, S. W. (Ed.). *Historical Archaeology* (p. 42-64). Malden: Blackwell.
- Gibb, J. G. (2000). Imaginary, but by no means unimaginable: storytelling, science, and Historical Archaeology. *Historical Archaeology*, 34(2), p. 1-6.
- Harris, M. (1969). The Myth of the Friendly Master. In Foner, L. & Genovese, E. D. (Ed.). *Slavery in the New World* (p. 38-47). New York: Walker and Company.

- Leone, M. P. (1977). The New Mormon Temple in Washington, D.C. In Ferguson, L. G. (Ed.). *Society for Historical Archaeology, Special Publication Series* (p. 43-61). California: Society for Historical Archaeology.
- Leone, M. P. (1981). Archaeology's relationship to the present and the past. In Gould, R. A. & Schiffer, M. (Ed.). *Modern material culture: the archaeology of us* (p. 5-14). New York: Academic Press.
- Leone, M. P. (1984). Interpreting ideology in Historical Archaeology: Using rules of perspective in the William Paca Garden in Annapolis, Maryland. In Miller, D. & Tilley, C. (Ed.). *Ideology, power and prehistory* (p. 25-35). Cambridge: Cambridge University Press.
- Leone, M. P. & Crosby, C. A. (1987). Epilogue: middle-range theory in Historical Archaeology. In Spencer-Wood, S. M. (Ed.). *Consumer choice in Historical Archaeology* (p. 397-410). New York: Springer Science/Business Media.
- Leone, M. P. & Potter Jr., P. B. (Eds.), (1988). *The recovery of meaning: historical archaeology in the eastern United States*. Washington, D.C.: Smithsonian Institution Press.
- Little, B. J. (1992). Text-aided archaeology. In Little, B. J. (Ed.). *Text-aided Archaeology* (p. 1-5). Boca Raton: CRC Press.
- Loriga, S. (1998). A biografia como problema. In Revel, J. (Ed.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise* (p. 225-249). Rio de Janeiro: Editora da FGV.
- Orser Jr., C. E. (1996). *A historical archaeology of the modern world*. New York: Plenum Press.
- Praetzellis, A. (1998). Introduction: Why Every Archaeologist Should Tell Stories Once in a While. *Historical Archaeology*, 32(1), p. 1-3.
- Praetzellis, A. (2016). *Archaeological theory in a nutshell*. Walnut Creek, California: Left Coast Press.
- Praetzellis, A. & Praetzellis, M. (1989). *A method for interpreting women's history*, Baltimore, MD
- Pujadas, J. J. (2000). El método biográfico y los géneros de la memoria. *Revista de Antropología Social*, 9, p. 127-158.
- Purser, M. (1992). Oral history and Historical Archaeology. In Little, B. J. (Ed.). *Text-aided archaeology* (p. 25-37). Boca Raton: CRC Press.
- Ribeiro, L. (2012). Maria Párvoa exposta, Domingos, padre maculado. Ensaio de arqueologia micro histórica. *Vestígios: Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, 6(2), p. 130-180.
- Rigone, R. C. (2018). Infancia, género e historias de vida: uma niña Selk'nam en la mission Nuestra Señora de la Candelaria (Tierra del Fuego, Argentina, siglos XIX-XX). *Vestígios: Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, 12(1), p. 85-101.
- Souza, M. A. T. de (2007). Uma outra escravidão: a paisagem social no Engenho de São Joaquim. *Vestígios: Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, 1(1), p. 59-92.
- Souza, M. A. T. de (2010). *Spaces of difference: an archaeology of slavery and slave life in a 19th century Brazilian plantation*. (Tese de doutorado não publicada). Department of Anthropology, Syracuse University, Syracuse, USA.
- Souza, M. A. T. de (2011). A vida escrava portas adentro: Uma incursão às senzalas do Engenho de São Joaquim, Goiás, século XIX. *Maracanan*, 7, p. 83-109.
- Souza, M. A. T. de (2012). Ao pé do fogo: a paisagem social no interior de uma senzala oitocentista. In Andrade, R. d. & Macedo, J. d. (Ed.). *Aqueologia na paisagem: novos valores, dilemas e instrumentais* (p. 34-59). Rio de Janeiro: Rio Books.
- Souza, M. A. T. de (2015). O século 18 em Goiás e a visão de mundo barroca: dois estudos de caso. *História Revista*, 20(2), p. 140-174.

- Souza, M. A. T. de (2016). Behind Closed Doors: Space, Experience, and Materiality in the Inner Areas of Brazilian Slave Houses. *Journal of African Diaspora Archaeology and Heritage*, 5(2), p. 147-173.
- Souza, M. A. T. de & Gardiman, G. G. (2016). A alimentação em dois engenhos brasileiros nos séculos 18 e 19: circulação, sujeitos e materialidades. In Soares, F. C. (Ed.). *Comida, cultura e sociedade: arqueologia da alimentação no Mundo Moderno* (p. 65-94). Recife: UFPE.
- Souza, M. A. T. de & Rubin, J. C. R. D. (2018). Entangled Relations: the expansion of a colonial frontier in Central Brazil, eighteenth-century. In Souza, M. A. T. d. & Costa, D. M. (Ed.). *Historical Archaeology and Environment* (p. 155-179). New York: Springer.
- Symanski, L. C. P. (1998). *Espaço Privado e Vida Material em Porto Alegre no Século XIX*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- White, C. L. (Ed.) (2009). *The materiality of individuality : archaeological studies of individual lives*. Dordrecht, New York: Springer Verlag.
- Wilkie, L. A. (2003). *The archaeology of mothering : an African-American midwife's tale*. New York: Routledge.
- Wilkie, L.A. (2006). Documentary archaeology. In Hicks, D. & Beaudry, M. C. (Ed.). *The Cambridge Companion to Historical Archaeology* (p. 13-33). Cambridge: Cambridge University Press.
- Yentsch, A. E. (1988). Legends, houses, families, and myths: relationships between material culture and American ideology. In Beaudry, M. C. (Ed.). *Documentary archaeology in the New World* (p. 5-19). Cambridge: Cambridge University Press.
- Yentsch, A. E. (1994). *A Chesapeake family and their slaves : a study in historical archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press.